

# Filosofia, literatura, desconstrução

André Luís Mota Itaparica\*

**Resumo:** Em seu segundo e último livro publicado em vida, *Alegorias da Leitura*, Paul de Man nos oferece um importante estudo sobre a relação entre discurso filosófico e discurso literário em Nietzsche. Nosso propósito neste artigo é interrogar se o caminho tomado pelo autor seria o mais apropriado para a compreensão da problemática da linguagem na obra nietzschiana.

**Palavras-chave:** linguagem – desconstrução – retórica – atos de fala

## 1. Introdução

Influente professor de literatura, função que desempenhou com inegável êxito nos Estados Unidos e na Suíça, Paul de Man se destacou pelo rigor e erudição invejáveis, assim como pela atenção dedicada às posições filosóficas que, explícita ou implicitamente, as diversas correntes da crítica literária abraçavam.

Em seu segundo e último livro publicado em vida, *Alegorias da Leitura*, de Man nos oferece um importante estudo sobre a relação entre discurso filosófico e discurso literário em Nietzsche. Nosso propósito neste artigo é interrogar se o caminho tomado pelo autor seria o mais apropriado para a compreensão da problemática da linguagem na obra nietzschiana.

Para isso, entretanto, respeitaremos uma advertência presente no prefácio do livro em questão: a de não criticá-lo a partir do que seriam

---

\* Aluno de pós-graduação do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo.

seus aspectos ideológicos – o uso do termo desconstrução, por exemplo – mas sim dos seus aspectos técnicos, de suas análises de texto específicas. Afinal, a adoção de tal termo por parte de Paul de Man se deveu às dificuldades por ele encontradas no contato com os textos, e não por um credo teórico. A desconstrução, para ele, não é algo adicionado pela leitura, mas sim algo intrínseco ao próprio texto; ela é caracterizada como uma tensão irreconciliável entre duas interpretações de um texto, ambas possíveis e excludentes entre si. No caso de Nietzsche, essa tensão estaria presente na questão da retórica, compreendida por de Man como “um entrelaçamento perturbador de tropo com persuasão ou – o que não é exatamente a mesma coisa – de linguagem cognitiva com performativa” (De Man 3, p. ix). Desse modo, sua leitura de Nietzsche terá dois tópicos principais: “Retórica de Tropos” e “Retórica de Persuasão”.

## 2. Nietzsche e a Retórica

No primeiro tópico, “Retórica de Tropos”, de Man parte da análise do chamado curso de retórica de Nietzsche e do ensaio “Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extramoral”. Seu propósito, segundo ele, “é (...) indicar, apenas, num esboço apressado e amplo, como a questão da retórica é pertinente aos textos de Nietzsche, não só da fase inicial mas também da final” (De Man 3, p. 126).

Assim, de Man atém-se aos pontos principais desses textos: em primeiro lugar, a afirmação de Nietzsche segundo a qual o estudo da retórica não está relacionado apenas com a eloquência e a persuasão, mas antes está baseado no estudo das figuras de retórica; em segundo lugar, a compreensão de que os tropos não podem ser vistos, como tradicionalmente foi feito, como o desvio de um sentido próprio. Para Nietzsche, ao contrário, a retórica é responsável pela formação da própria linguagem, pois, em seu uso, a linguagem já é figurativa, não podendo portanto ser remetida a um referente extralingüístico.

O passo que de Man dará em seguida é mostrar que esse paradigma retórico estará presente mesmo na obra posterior de Nietzsche, basean-

do-se em um fragmento póstumo que recebeu o número 479 na coletânea organizada pela irmã do filósofo, conhecida como *A Vontade de Potência*<sup>(1)</sup> (KSA, XIII, 15 (90)). Nesse fragmento, intitulado “O fenomenalismo do mundo interior”, Nietzsche critica as dicotomias metafísicas como interior/exterior, anterior/posterior, causa/efeito, mostrando que somente depois de se ter a consciência de uma sensação é procurada uma causa exterior responsável por tal sensação, o que equivale a dizer que aquilo que concebemos como anterior é, na verdade, posterior na consciência. Isso se deve ao fato de que a consciência é guiada por convenções lingüísticas, que a conduzem a essa inversão de polaridades binárias. Como no curso de retórica há uma crítica à substancialização dos conceitos a partir da mesma desconfiança acerca do produto das sensações, e essa crítica tem como fundamento a noção de metonímia, definida como a troca entre causa e efeito, de Man conclui que, embora Nietzsche não utilize uma linguagem retórica em *A Vontade de Potência*, ambas as críticas repousam sobre um mesmo fundamento lingüístico: “Praticamente o mesmo texto que, em 1872, define explicitamente a metonímia como o protótipo da linguagem figurada, descreve, em 1888, um construto metafísico (o fenomenalismo da consciência) como suscetível de ser desconstruído tão logo se perceba sua estrutura lingüística, retórica” (De Man 3, p.131).

Como consequência dessa crítica dos limites da linguagem ordinária, Nietzsche não extrai um projeto de purificação da linguagem; segundo de Man, a filosofia de Nietzsche permanece na ambigüidade de, ao mesmo tempo, acusar a retórica como responsável pelos erros petrificados na linguagem e usar essa linguagem retórica como meio através do qual sua própria crítica se expressa. Assim, a filosofia de Nietzsche seria essencialmente irônica, no sentido que Schlegel dá a esse termo, ou seja, uma reflexão que, por ter a si mesma como objeto, se estabelece como uma tarefa infinita.

No tópico “Retórica de Persuasão”, Paul de Man procura então investigar mais atentamente a relação entre discurso filosófico e discurso literário em Nietzsche. Essa relação é inseparável da crítica que este faz aos principais conceitos filosóficos da tradição. De Man escolhe

como texto de análise um fragmento em que Nietzsche discute o princípio de não-contradição, um póstumo de outono de 1887 (§ 516 de VP/KSA, XII, 9 (97)).

Nessa análise podemos ver o refinamento da leitura de Paul de Man. Para apresentar o argumento de Nietzsche e mostrar a indissociabilidade dessa filosofia com o discurso literário, ele se detém em apenas alguns termos, mostrando como em todo o fragmento há um jogo lingüístico entre eles. Os termos são os verbos *können* e *sollen* (poder e dever, conotando respectivamente possibilidade e necessidade), *erkennen* e *setzen* (conhecer e postular, dispor), *bezeichnen* e *fassen* (*designar* e apreender), além das relações entre termos que têm como raiz o verbo *setzen*, como *gesetzt* (suposto) e *Voraussetzung* (pressuposição).

Segundo Nietzsche, o princípio de não-contradição retira, da impossibilidade de se poder (*können*) negar e afirmar a mesma coisa ao mesmo tempo, a postulação, considerada necessária, de que atributos opostos não devem (*sollen*) ser aplicados à mesma coisa. O princípio de não-contradição, portanto, resulta de uma incapacidade transformada em imperativo. Ele não diz respeito a uma coisa dada de antemão como existente, mas antes pressuposta (*vorausgesetzt*) como idêntica a si mesma. Desse modo, o que chamamos conhecer (*erkennen*) nada mais é senão postular (*setzen*), ou seja, dispor um mundo passível de ser mensurável e calculável para fins utilitários, o que é garantido através da linguagem, que supõe, através da unidade do conceito, a identidade da coisa. Enfim, o mundo do conhecimento é um mundo construído pela linguagem, de sorte que os conceitos apenas designam (*bezeichnen*) as coisas, e não as apreendem (*fassen*) como elas seriam em si.

Tomando a distinção entre constativo e performativo, e seu desenvolvimento na teoria dos atos de fala, de Man conclui que nesse momento Nietzsche acusa no conhecimento – que se expressa por meio de proposições constativas (proposições afirmativas que podem receber um valor de verdade: V ou F) – a presença do modo imperativo, o que significa que a linguagem seria fundamentalmente performativa (ou seja, não passível de atribuição de valor de verdade, como é o caso das proposições que expressam desejos, ordens, etc.)<sup>(2)</sup>: “A linguagem da identida-

de e da lógica se afirma no modo imperativo e assim reconhece a sua própria atividade como a postulação de identidades. A lógica consiste em atos de fala postuladores” (De Man 3, p.148). Do mesmo modo, a própria crítica de Nietzsche, ao negar a veracidade do princípio de não-contradição, não pode se exprimir senão de forma hipotética: “Suposto (*Gesetzt*) que não haja um A idêntico a si mesmo (...)”.

Nietzsche, então, assume uma dimensão completamente performativa da linguagem? Se ela é um ato, um fazer, a verdade estaria portanto condicionada à capacidade de convencimento de um discurso, ou seja, da persuasão? Para Paul de Man, a resposta é negativa, pois, se nesse texto Nietzsche desconstrói o princípio de identidade, condicionando-o a um ato, um imperativo linguístico, há outros textos em que a própria noção de ato é desconstruída, como é o caso do fragmento de número 477 de *A Vontade de Potência* (*KSA*, XIII, 11(113)), no qual Nietzsche, ao contrário do que afirmara em *Para a genealogia da moral* – quando escrevera que “a ação é tudo” (*das Tun ist alles*) –, afirma que “tanto a ação quanto o agente são fictícios” (*sowohl das Tun, als der Tater sind fingiert*). Desse modo de Man pode afirmar que “a linguagem performativa não é menos ambivalente em sua função referencial do que a linguagem da constatação” (De Man 3, p. 152).

De Man, portanto, chega à conclusão de que, em Nietzsche, a retórica se apresenta enquanto coexistência de duas opções antagônicas, ambas já estabelecidas desde o curso de 1872, ou seja, retórica como sistema de tropos e retórica como persuasão. No primeiro caso, Nietzsche, em seus textos mais analíticos, desconstrói os conceitos da tradição mostrando seus pressupostos lingüísticos; isso conduz a uma noção performativa da linguagem, que acaba, entretanto, sendo vítima de sua própria desconstrução. Apesar disso, Nietzsche, em seus textos publicados, faz um uso performativo, persuasivo da linguagem, mas, segundo de Man “num certo sentido, Nietzsche conquistou um direito a essa inconsistência através do considerável trabalho de desconstrução que constitui a maior parte de seus trabalhos mais analíticos” (De Man 3, p. 155).

### 3. *Insight* e Cegueira em Paul de Man

Diante desse persuasivo texto de Paul de Man, pode-se então concordar, partindo de Nietzsche, que a retórica é, por um lado, performativa, se considerada como persuasão, e, por outro, desconstrutora de sua própria “performatividade”, se considerada como sistema de tropos? Além disso, sendo ambivalentes esses dois aspectos da retórica, podemos então concordar com de Man que “a retórica é um *texto* na medida em que autoriza dois pontos de vista incompatíveis e mutuamente destrutivos, e portanto coloca um obstáculo intransponível no caminho de qualquer leitura ou entendimento”? (De Man 3, p. 156).

Algumas evidências levariam a se dizer que sim, pois, de fato, Nietzsche sempre deixou claro que a interpretação é uma tarefa infinita: “O mesmo texto permite incontáveis interpretações: não há interpretação ‘correta’” (*KSA*, XII, 1 (120)), assim como afirmou que todo acontecimento é produto de interpretações: “não há nenhum acontecimento em si. O que acontece é um grupo de fenômenos (*Erscheinungen*) interpretados e agrupados por um ser (*Wesen*) que interpreta” (*idem*, 1 (115)). O que podemos fazer, então, a partir de agora, é investigar detidamente os textos citados por de Man, verificando se suas conclusões estão de acordo com o arcabouço teórico do qual esses fragmentos fazem parte.

Para isso, procuraremos discutir dois argumentos que consideramos centrais no ensaio de Paul de Man, a fim de questionar se o caminho escolhido por ele seria o mais produtivo para investigar a relação entre discurso filosófico e discurso literário em Nietzsche. Os argumentos são os seguintes: (1) A discussão sobre a retórica está presente nos dois períodos da obra nietzschiana analisados, embora oculta no último período; (2) Nietzsche, ao menos eventualmente, critica a própria noção de ato, o que contradiz a visão performativa da linguagem presente nos textos publicados.

*Argumento (1): A discussão sobre a retórica está presente nos dois períodos da obra nietzschiana analisados, embora oculta no último período.*

Retomando a argumentação, há um trecho do curso de retórica em que Nietzsche critica a suposição da existência de entidades a partir de suas propriedades sensíveis; isso seria apenas a aplicação indevida de uma metonímia, compreendida como a troca entre causa e efeito. No fragmento sobre o “fenomenalismo da consciência”, há uma crítica similar à causalidade, e a prova apresentada por de Man de que tal crítica segue a mesma concepção de retórica é o seguinte trecho: “A ‘experiência interior’ só nos surge na consciência depois que ela encontrou uma linguagem que o indivíduo *entende* – isto é, uma tradução de uma situação em uma situação mais conhecida: ‘entender’, ingenuamente, quer dizer simplesmente: poder expressar algo novo na linguagem de algo antigo, conhecido”.

As duas críticas seguem, de fato, o mesmo argumento. Poderíamos, entretanto, perguntar: o que Nietzsche chama de linguagem no último período seria equivalente ao que ele chamava de retórica enquanto retórica de tropos? Para encontrar tal resposta, basta que se compare afirmações do último Nietzsche com o trecho em questão para ver que a discussão de Nietzsche nesse período dispensa tal concepção de retórica.

Em sua última filosofia, a linguagem, tal como é evocada no fragmento em questão, está relacionada com uma concepção que vê nela o resultado de experiências compartilhadas por determinadas comunidades. A linguagem, enquanto *gramática comum*—e não enquanto retórica de tropos – petrifica vivências habituais, que podem ser comunicadas e desse modo entendidas, de sorte que povos com parentesco lingüístico tendem a organizar a ‘realidade’ de formas similares: “Onde há parentesco lingüístico, é inevitável que, graças à filosofia comum da gramática (...), tudo esteja predisposto para um mesmo desenvolvimento e seqüência de sistemas filosóficos” (*JGB/BM § 20*). No caso da cultura ocidental, um dos erros a que nossa gramática conduz é o estabelecimento de relações causais derivadas da relação entre sujeito e predicado, ao interpretar cada acontecimento como um predicado que expressa a ação de um sujeito:

“Um *quantum* de força é um mesmo *quantum* de impulso, vontade, efetuar-se – assim como não é outra coisa senão esse próprio impulsio-  
nar, querer, efetuar-se, e somente sob a sedução da linguagem (e dos  
erros fundamentais da razão nela petrificados), que entende ou desen-  
tende todo efetuar-se como condicionado por algo que efetua, por um  
‘sujeito’, pode parecer diferente” (*GM/GM I § 13*).

Não há, portanto, elementos suficientes para que se sustente a equi-  
valência entre as teorias lingüísticas desses dois períodos da obra nietzs-  
chiana. No último período, gramática e retórica têm sentidos diversos:  
gramática significa a tendência de interpretar o mundo a partir da forma  
lógica do juízo; retórica, por sua vez, retoma o sentido habitual de retó-  
rica como persuasão. De Man, aliás, só pôde igualar esses dois termos  
porque ele considerava o curso de retórica e o ensaio “Sobre verdade e  
mentira no sentido extramoral” como um certo rompimento do que o  
próprio Nietzsche chamou sua “metafísica de artista”. Ora, nesses tex-  
tos de juventude, essa teoria da retórica, aparentemente tão inovadora,  
está de acordo com a filosofia de Schopenhauer. Se prestarmos bastante  
atenção, veremos que neles é questionada apenas *a pretensão de que  
com a linguagem verbal se atinja uma verdade metafísica*, ou seja, a  
coisa em si, o que não nega a idéia de um duplo sentido inscrito no  
mundo: como vontade e como representação<sup>(3)</sup>.

*Argumento (2): Nietzsche, ao menos eventualmente, critica a pró-  
pria noção de ato, o que contradiz a visão performativa da linguagem  
presente nos textos publicados.*

Vejamos, então, o texto em que de Man se baseia para chegar a  
essa conclusão: “O ‘espírito’, algo que pensa (..) primeiro, é imaginado  
aqui um ato (*Akt*) que não existe, ‘pensar’; segundo, é imaginado como  
substrato desse ato um sujeito em que todo ato do pensamento (...) tem  
sua origem”. Em relação ao fragmento citado, de Man admite que se  
poderia objetar que Nietzsche está questionando especificamente o ato  
de pensar como existente, assim como a relação entre esse ato e o sujei-  
to que o desempenha, segundo a crítica lingüística da causalidade. Con-  
tudo, o fundamental, para de Man, é que Nietzsche afirma, em primeiro

lugar, que tal ato não existe. Ora, o que Paul de Man se esquece de mostrar é que, antes da passagem citada, Nietzsche já havia esclarecido *por que e em que sentido* o ato de pensar não existe:

“A ‘causalidade’ nos escapa; admitir que haja entre pensamentos (*Gedanken*) um vínculo causal passível de ser apreendido imediatamente, como faz a lógica – isso é conseqüência da mais grosseira e estúpida observação. Entre dois pensamentos, todos os afetos possíveis ainda jogam seu jogo (...).

‘Pensar’, como o teórico do conhecimento concebe, não existe: isso é uma ficção arbitrária, alcançada através do destaque de um elemento do processo e a subtração de todos os demais, um ajustamento artístico para fins de entendimento” (VP, 477; KSA, XIII, 11 (113)).

O que é criticado, aqui, é o fato de o pensamento ser entendido, segundo a filosofia comum da gramática, como algo simples e imediato, quando ele é resultado de uma relação entre impulsos. Mas, para de Man, Nietzsche não está preocupado com os atos não-verbais, pois eles seriam algo inconcebível, uma vez que nenhum ato chega à consciência humana como tal sem antes ter sido interpretado, falsificado, simplificado, etc. Embora confesse que em *Para a genealogia da moral* Nietzsche postule atos não-verbais, de Man replica que, como o modelo genético da genealogia é a etimologia, Nietzsche, mesmo nesse livro, compreende o ato como verbal. Esta última afirmação, contudo, é textualmente insustentável. Basta ler um pequeno trecho da *Genealogia* para se ver que o propósito de Nietzsche era outro. Trata-se da análise do castigo (*Strafe*), na segunda dissertação:

“Tem-se (...) de se diferenciar nele [no castigo] duas coisas: primeiro, o relativamente duradouro, o uso, o ato (*Akt*), uma consciente e rígida seqüência de procedimentos, de outro lado, o fluido, o sentido, o fim, a expectativa que está ligada na explicação de tais procedimentos” (*GM/GM II* § 13).

Mais adiante, Nietzsche afirmará que “um mesmo procedimento pode ser utilizado, interpretado, ajustado (*zurechtgemacht*) segundo intenções fundamentalmente diferentes” (idem). Ora, aqui fica evidente que Nietzsche distingue os atos não-verbais, o castigo, por exemplo, das diferentes interpretações dadas a ele. É por isso que o método genealógico parte da etimologia: os diferentes sentidos atribuídos a um mesmo ato revelam de que tipo de homem eles emergiram.

Por outro lado, o fato de só termos consciência desses atos através da linguagem gregária não significa que eles sejam meramente verbais, mas sim que eles são inacessíveis à nossa linguagem habitual. Paul de Man, embora sempre atento às ambigüidades da linguagem, entende as afirmações do filósofo quanto ao caráter fictício do ato de uma forma exageradamente literal. Isso porque, para centralizar o papel da linguagem em Nietzsche, de Man tem de desconsiderar todas as implicações éticas e ontológicas nela presentes.

Assim, quando afirma que o ato é uma ficção, Nietzsche está revelando a limitação da linguagem gregária – e da moral que a sustenta – em compreender o que ele chama de efetividade (*Wirklichkeit*), ou seja, o vir-a-ser, o mundo caótico das sensações, mundo esse desprovido de ordem, fim ou sentido. Para Nietzsche, essa efetividade não poderia ser compreendida como algo em si, pois, segundo ele, o surgimento da noção de em si teve como origem um impulso moral de negar o vir-a-ser através do estável, o que na linguagem resulta no conceito como unidade.

Os homens, como seres orgânicos, têm um acesso vivencial, corporal, à efetividade, mas, quando se expressam, utilizam uma linguagem que procura estabilizar esse mundo do vir-a-ser. Eles não podem, portanto, conhecer a essência do ser, simplesmente porque ela não existe, em um mundo compreendido como vir-a-ser:

“Nossa óptica psicológica é determinada pelo fato de que:

1) a comunicação é necessária, e que, para se comunicar, algo tem de ser fixado, simplificado, passível de ser precisado (...). O material dos sentidos [é] ajustado pelo entendimento, reduzido a rudes traços gerais, feito similar, subsumido ao familiar (...)

2) o mundo dos 'fenômenos' é um mundo ajustado, que sentimos como real. A 'realidade' repousa em coisas constantemente recorrentes, iguais, conhecidas, familiares (...).

3) o oposto desse mundo fenomênico não é o 'mundo verdadeiro', mas sim o amorfo-informulável (*formlos-unformulirbare*) mundo do caos das sensações, – portanto uma outra forma de mundo fenomênico, uma [forma] para nós 'incognoscível' (*'unerkenbare'*) (KSA, XII, 9(106)).

Assim, ao admitir que a linguagem não alcança esse mundo do vir-a-ser, Nietzsche assume que sua explicação do mundo também é uma interpretação, uma falsificação, e que, como toda interpretação, expressa determinados valores. Nesse sentido, a linguagem de Nietzsche é fundamentalmente performativa, pois, se não há uma estrutura essencial do mundo, *não apenas por só termos um acesso consciente a ele através da linguagem, mas também por ele se apresentar como um vir-a-ser caótico*, sua filosofia aspira a expressar valores com que se possa viver de forma mais afirmativa perante esse mundo da efetividade.

Nietzsche, então, tentará romper com a linguagem habitual, comum, gregária, que não consegue expressar vivências senão aquelas que levam a uma negação da efetividade. Para isso, ele recorre a um virtuosismo estilístico que utiliza de forma atenta as figuras de retórica, explora a polissemia das palavras e experimenta diversas formas de expressão. Com esses recursos, Nietzsche tenta expressar, na sua escrita, o mundo do vir-a-ser; daí o seu caráter às vezes incompreensível, às vezes paradoxal.

Enfim, talvez seja um caminho mais produtivo para analisar a relação entre discurso literário e discurso filosófico em Nietzsche investigar de que forma ele procura, por meio de seu estilo, romper os limites da linguagem gregária. Nesse sentido, será preciso que, antes de apontar paradoxos na filosofia de Nietzsche, se tenha em mente o seu projeto como um todo, do qual a linguagem é apenas uma parte. De Man, ao contrário, fixou-se nos paradoxos e investigou a questão da linguagem de forma isolada.

Apesar disso, o texto de Paul de Man não deixa de trazer contribuições importantes para o estudo da linguagem de Nietzsche. Poderíamos dizer, utilizando a imagem criada pelo próprio de Man em *Blindness and Insight*, que ele teve valiosos *insights* a respeito da importância da linguagem na filosofia de Nietzsche, e que esses *insights*, curiosamente, foram produto de sua cegueira (*blindness*) com relação a outros aspectos dessa mesma filosofia.

**Abstract:** In his second and last book published in life, *Allegories of Reading*, Paul de Man gives us an important study about the relationship between the philosophical and literary discourse in Nietzsche. Our purpose in this article is to call in question if the way taken by the author would be the best one to comprehension of the subject of language in the Nietzschean work.

**Key-words:** language – desconstruction – rethoric – speech acts

## Notas

- (1) Utilizamos aqui o questionável texto de *A Vontade de Potência* pelo fato de que quando de Man escreveu seu livro alguns fragmentos ainda não haviam sido publicados na edição crítica de Colli e Montinari. No caso de certos fragmentos, de Man teve acesso a textos da edição crítica, alguns ainda inéditos na época. Desse modo, a fim de fazer justiça com de Man, quando ele citar um texto da edição canônica, procuraremos debater suas posições tendo como base o texto a que ele teve efetivamente acesso. Para isso, recorreremos à edição Schlechta, que publicou os textos da edição canônica, mas sem seguir a numeração estabelecida por seus editores (*Werke in Drei Bänden*. München: Hanser, 1956), indicando sempre seu número correspondente na edição crítica.

- (2) Sobre essa distinção e seu desenvolvimento na teoria dos atos de fala, ver: Austin, J. L. “Performatif – Constatif”. In: *Cahiers de Royaumont – La Philosophie Analytique*. Paris: Minuit, 1962 (“Performativo – Constativo”. Trad.: Paulo Ottoni).
- (3) Um exemplo de uma leitura atenta de “Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extramoral “ é a realizada por Maudemarie Clark (*Nietzsche – On Truth and Philosophy*. Cambridge: Cambridge UP, 1990).

## Referências Bibliográficas

1. AUSTIN, J. L. “Performatif – Constatif”. In: *Cahiers de Royaumont – La Philosophie Analytique*. Paris: Minuit, 1962 (“Performativo – Constativo”. Trad. de Paulo Ottoni).
2. CLARK, Maudemarie. *Nietzsche – On Truth and Philosophy*. Cambridge: Cambridge UP, 1990.
3. DE MAN, Paul. *Allegories of Reading*, New Haven: Yale UP, 1979. (*Alegorias da Leitura*, Rio de Janeiro: Imago, 1996. Trad.: Lenita R. Esteves).
4. *Blindness and Insight*. Minnesota: Minnesota UP, 1983.
5. NIETZSCHE, Friedrich. *Sämtliche Werke – Kritische Studienausgabe*. Berlin / München: Walter de Gruyter/ dtv, 1988.
6. \_\_\_\_\_. *Werke in Drei Bänden*. München: Hanser, 1956.
7. \_\_\_\_\_. *Da retórica*. Lisboa: Vega, 1995.
8. \_\_\_\_\_. *Obras Incompletas*. São Paulo: Abril Cultural, 1991.
9. \_\_\_\_\_. *Além do Bem e do Mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
10. \_\_\_\_\_. *Genealogia da Moral*. São Paulo: Brasiliense, 1987.